

PETIÇÃO Nº 13.116 - RS (2019/0335486-0)

RELATOR : **MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
REQUERENTE : **CHARISE LEANA COSTI - POR SI E REPRESENTANDO**
REQUERENTE : **JESSICA MARIA COSTI**
REQUERENTE : **RENATO DE CAMPOS FERNANDES**
REQUERENTE : **HILTON TULIO COSTI**
ADVOGADO : **CORÁLIO CLEMENTINO PEDROSO GONÇALVES** -
RS032884
REQUERIDO : **ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**
PROCURADORA : **MARCIA REGINA LUSA CADORE - RS029266**

DECISÃO

Trata-se de pedido de concessão de efeito suspensivo a Recurso Especial formulado por Charise Leana Costi e outros, no qual alegam: a) após dez anos da homologação da partilha, foram notificados do lançamento de crédito tributário referente ao ITCMD; b) impetraram Mandado de Segurança asseverando a ocorrência da decadência; c) o juízo de primeiro grau concedeu a segurança; d) a sentença foi reformada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul; e) foi interposto Recurso Especial, o qual foi inadmitido pela Corte de origem; f) interpuseram Agravo de Instrumento, ainda pendente de processamento.

Pugnam pela "(...) concessão de medida para dar efeito suspensivo ao recurso, mantendo os efeitos da liminar concedida em primeira instância e possibilitando a esta elevada Corte o exame do Agravo de Instrumento para admissibilidade do Recurso Especial, este em conformidade com a jurisprudência desta elevada Corte, estabelecendo que o termo a quo do prazo decadencial para lançamento do ITCMD ocorre com a prolação da sentença de homologação da partilha".

É o relatório.

Decido.

Os autos foram recebidos neste Gabinete em 28.11.2019.

É assente no STJ que a concessão de efeito suspensivo ao Recurso Especial é medida excepcional que exige a presença cumulativa dos requisitos do *fumus boni iuris*, consistente na probabilidade de êxito do apelo nobre, e do *periculum in mora*, ou seja, a demonstração do perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.

A propósito:

TRIBUTÁRIO. DÍVIDA ATIVA. PERSPECTIVA CLARA DE INVIABILIDADE PELO NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO ESPECIAL. PEDIDO DE TUTELA PARA DEFERIMENTO DE EFEITO SUSPENSIVO INVIÁVEL.

I - Trata-se de pedido de tutela provisória formulado, com fundamento no art. 1.029, § 5º, I, do CPC, requerendo a concessão de efeito suspensivo ativo ao recurso especial

II - De acordo com o art. 995, parágrafo único, do Código de Processo Civil de 2015, em caso de recurso que em regra não é dotado de efeito suspensivo, a eficácia da decisão recorrida poderá ser suspensa por decisão do relator, se da imediata produção de seus efeitos houver risco de dano grave ou de difícil ou impossível reparação e ficar demonstrada a probabilidade de provimento do recurso.

III - Por sua vez, o art. 1.029, § 5º, I, do CPC/2015 estabelece que o pedido de concessão de efeito suspensivo a recurso especial poderá ser formulado por requerimento dirigido ao Tribunal Superior respectivo, no período compreendido entre a interposição do recurso e sua distribuição, ficando o relator designado para seu exame prevento para julgá-lo.

IV - Como se pode notar, para a excepcional concessão do efeito suspensivo, há se exigir a presença cumulada dos dois requisitos legais, quais sejam, a possibilidade de risco de dano grave ou de difícil ou impossível reparação e a probabilidade de provimento do recurso.

V - Na hipótese dos autos, verifica-se que a probabilidade de provimento do recurso especial encontra-se intensamente mitigada, tendo em vista que o exame do acórdão recorrido, em confronto com as razões do recurso especial, revela que o fundamento apresentado naquele julgado, acerca do fato de que a doação do imóvel somente ocorreu muito após a citação do executado na execução fiscal, denotando, inclusive a existência de indícios de fraude à execução, utilizado de forma suficiente para manter a decisão proferida no Tribunal a quo, não foi rebatido no apelo nobre, o que atrai os óbices das Súmulas n. 283 e 284, ambas do STF

VI - Não sendo plausível o conhecimento do recurso especial, apresenta-se também inviabilizado o pedido de tutela.

VII - Agravo interno improvido. (AgInt na Pet 12.440/PE, Rel. Min. Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe 12.4.2019)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NA PETIÇÃO. PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO AO RECURSO ESPECIAL. EXAME DE ADMISSIBILIDADE PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. COMPETÊNCIA DO STJ (ART. 1.029, § 5º, I, DO CPC/2015). TUTELA DE URGÊNCIA. EXIGÊNCIA DA PRESENÇA CUMULATIVA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE PERICULUM IN MORA. HIPÓTESE EXCEPCIONAL NÃO DEMONSTRADA. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. A orientação consolidada nesta Corte Superior é no sentido de que a atribuição de efeito suspensivo a recurso especial deve

satisfazer cumulativamente os requisitos do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, atualmente tratada como tutela de urgência nos termos do art. 300 do CPC/2015, além da prévia análise da admissibilidade do recurso especial pela Corte de origem. A ausência de qualquer dos requisitos referidos obsta a referida pretensão.

2. Nesse sentido: AgInt no TP 1.658/TO, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/12/2018, DJe 13/12/2018; (AgInt no TP 1.455/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 01/10/2018, DJe 04/10/2018).

3. A decisão agravada indeferiu o pedido de tutela provisória que visava atribuição de efeito suspensivo recurso especial, por ausência de comprovação de risco de dano jurídico irreversível (fls. 1.004/1.008), entre outros fundamentos, pelo fato de o acórdão recorrido e os embargos de declaração terem sido proferidos pelo Tribunal de origem no ano de 2016 e, até o presente momento, inexistir nos autos qualquer elemento que indique a execução do julgado, ainda que de maneira provisória.

4. Com efeito, embora o ora agravante sustente que o *periculum in mora* seja intrinsecamente ligado "ao remanejamento de servidores e ao desenvolvimento das atividades na SEGOV, demandando o treinamento e a adaptação dos servidores remanejados em seus novos postos de trabalho (fl. 1.096), a jurisprudência desta Corte Superior "é no sentido de que o risco de dano apto a lastrear medidas de urgência, analisado objetivamente, deve revelar-se real e concreto, não sendo suficiente, para tal, a mera conjectura de riscos, tal como posto pelo requerente" (excerto da ementa do AgInt no TP 1.477/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 16/08/2018, DJe 22/08/2018).

5. Agravo Interno não provido. (AgInt na Pet 12.234/RJ, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 14.2.2019)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA PARA CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO À RECURSO ESPECIAL. NECESSÁRIA VIABILIDADE DO APELO. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS. ACÓRDÃO COM FUNDAMENTO EM LEI LOCAL. SÚMULA 280 DO STF. AGRAVO INTERNO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Em se tratando de tutela provisória antecedente para emprestar efeito suspensivo a recurso, é imprescindível a demonstração do *periculum in mora* - que se traduz na urgência da prestação jurisdicional, no sentido de evitar que, por ocasião do provimento final, não tenha mais eficácia o pleito deduzido em juízo -, bem como do *fumus boni iuris*, que se reflete na viabilidade do pedido recursal. Inteligência do disposto nos arts. 294, 300, § 3º, e 995, parágrafo único, do Código de Processo Civil de 2015. Precedentes.

2. Hipótese em que o Tribunal local decidiu a controvérsia utilizando-se da interpretação da Lei estadual n. 2.575/2012, o que atrai o óbice da Súmula 280/STF, aplicável por analogia ao recurso especial.

3. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no TP 1.658/TO, Rel. Min. Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 13.12.2018)

Compulsando os autos, verifica-se que não estão preenchidos os requisitos essenciais à concessão do efeito suspensivo pleiteado.

Os peticionantes não demonstram a existência de *fumus boni iuris*. Limitam-se a afirmar estar caracterizada a decadência do lançamento tributário. Em um juízo de cognição sumária, todavia, não se observa a probabilidade do direito. Sem antecipar o exame de mérito, em tese, a irresignação encontra óbice na Súmula 7/STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”).

Como se observa da ementa do acórdão recorrido, transcrita na decisão de admissibilidade (fls. 73-86, e-STJ), a sentença que concedeu a segurança foi reformada, uma vez que: “Hipótese em que a decisão acerca do cálculo do imposto, proferida nos autos do inventário judicial, impediu a formalização do crédito tributário conforme a alíquota progressiva, devendo ser considerado como termo *a quo* da decadência o trânsito em julgado do acórdão que, com base em recurso extraordinário submetido ao regime de repercussão geral, viabilizou a cobrança do ITCMD nos termos da Lei Estadual vigente. Lapso decadencial de cinco anos não implementado no caso concreto”.

Quanto ao *periculum in mora*, o regular seguimento da cobrança do crédito tributário, não tendo sido reconhecida qualquer ilegalidade na constituição do crédito tributário em cobrança, não é suficiente à configuração do perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.

Diante do exposto, **indefiro o pedido de concessão de efeito suspensivo ao Recurso Especial.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator